

# DE UMA CERTA “CONSCIÊNCIA TRADUZANTE” ... TRADUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO – ENTRE BENJAMIN E DERRIDA<sup>1</sup>

Nabil Araújo de SOUZA<sup>2</sup>

- **RESUMO:** Este texto parte de uma determinada discrepância tradutória entre as versões brasileiras de “*Die Aufgabe des Übersetzers*” de Walter Benjamin, explora, na seqüência, a leitura/tradução desse ensaio feita por Derrida em “*Des tours de Babel*”, desembocando numa reflexão a colocar em jogo o próprio estatuto presumido da desconstrução.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Tradução. Complemento/Suplemento. Desconstrução. Consciência Traduzante.

Para todos os efeitos, parto, aqui, de uma *discrepância*. Uma *determinada* discrepância entre as duas traduções brasileiras do célebre ensaio de Walter Benjamin “*Die Aufgabe des Übersetzers*”, ou, em português, “A tarefa do tradutor”. Na verdade, já quanto ao título, discrepam, entre si, as referidas traduções: se a primeira, num movimento que pareceria, a princípio, o mais natural, verte-o, com efeito, em “A tarefa do tradutor”, a segunda, num movimento que não deixará, então, de acumular, para além do trabalho de tradução “pura e simples” do texto benjaminiano, certo efeito de ajuste ou mesmo de correção da primeira versão, converte-o, por sua vez, em “A tarefa-renúncia do tradutor”<sup>3</sup>. Seja como for – e por mais que pareça já se insinuar aí a problemática mesma na qual diria encontrar-me enredado –, não é essa a discrepância a que ora faço referência.

Meu foco recai, ao invés, sobre certa passagem do ensaio de Benjamin, sobre as soluções de tradução apresentadas por cada uma das versões brasileiras em relação

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na *Jornada Jacques Derrida* (Faculdade de Letras da UFMG, 14 e 15 de outubro de 2008), numa mesa, por mim coordenada, intitulada “Jacques Derrida: desconstrução, tradução, memória”.

<sup>2</sup> Doutorando em Estudos Literários: Literatura Comparada. Bolsista do CNPq. Professor substituto de Teoria da Literatura. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários (Pós-Lit). Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901– nabil.araujo@gmail.com

<sup>3</sup> Trata-se, respectivamente, da versão feita pelo grupo da UERJ coordenado por Karlheinz Barck, em 1992, e da versão de Susana Kampff Lages, de 2001. Cf. Benjamin (1992 e 2001).

Artigo recebido em 02 de junho de 2009 e aprovado em 20 de agosto de 2009.

à mesma, mais especificamente em relação a um vocábulo ali presente, crucial, ao que tudo indica, para a concepção benjaminiana de *tradução*. A passagem em questão surge mais para o final do ensaio, ao modo de uma paráfrase interna oferecida pelo próprio autor a um dos trechos mais citados e comentados de “Die Aufgabe”: aquele no qual a relação entre o original e sua tradução, em vista do Todo de que fariam parte, é apreendida nos termos da relação entre os cacos de uma ânfora (ou de um *vaso*, dependendo da versão adotada) que, a fim de se recompor, seguem-se nos menores detalhes, mas sem, com isso, se igualarem. Daí seguir-se-ia que a tradução deve renunciar ao propósito de comunicar, o original importando-lhe apenas à medida que libera o tradutor e sua obra do esforço e da ordem da comunicação – valendo, pois, também para o domínio da tradução, a sentença: *No principio era o verbo [Im Anfang war das Wort]*. Ao que Benjamin acrescenta:

Diante do sentido, a língua do tradutor deve agir livremente, não para que faça ressoar sua *intentio* como reprodução, mas sim como harmonia, como suplemento à língua em que se comunica de seu próprio modo a *intentio*. É por isso que, sobretudo na época em que a tradução aparece, o maior elogio que se lhe pode fazer não é que ela se leia como uma obra original de sua própria língua. Ao invés, o valor da fidelidade, garantida pela literalidade, consiste em que na obra se exprima a grande aspiração à suplementação da língua (BENJAMIN, 1992, p.XVIII; grifo nosso).

Assim: a língua do tradutor atuaria *suplementarmente* à língua do original, sendo que o que então se expressa em português pelo vocábulo *suplemento* – no trecho: “como suplemento à língua em que se comunica...” – corresponde ao que Benjamin expressa em alemão pelo vocábulo *Ergänzung*. A grande aspiração da tradução – a grande tarefa do tradutor, poder-se-ia afirmar – seria, com efeito, a “suplementação da língua” (*Sprachergänzung*, no texto alemão). Isso, bem entendido, de acordo com a primeira versão brasileira. Na segunda versão, lê-se, ao invés, que a língua da tradução deve fazer ecoar sua *intentio* “enquanto harmonia, complemento da língua na qual se comunica”, e que o grande anelo da tradução é o de “uma complementação entre as línguas” (BENJAMIN, 2001, p.207-209; grifo nosso), sendo que o que então se expressa em português por “complemento” e “complementação entre as línguas” corresponde ao que Benjamin expressa em alemão por *Ergänzung* e *Sprachergänzung*, respectivamente.

Essa, pois, a discrepância a que me refiro, em vista da qual diria impor-se uma indagação: a tradução, para Benjamin, seria, afinal, uma questão de *complemento/complementação* do original, ou de *suplemento/suplementação* do original? Um dicionário Alemão-Português razoável como o *Langenscheidt* nos oferece, para o vocábulo *Ergänzung*, ambas as opções mencionadas (e apenas elas): complemento, suplemento.

Isso, aliado à impressão de que no português cotidiano não parecemos fazer maiores distinções entre complemento e suplemento – como se se tratasse de palavras intercambiáveis –, poderia levar a descartar a “questão” da discrepância como um falso problema, ambas as versões consultadas afigurando-se, nesse sentido, e a esse respeito, como “corretas”. O espectro dos problemas levantados por Paul de Man em vista das traduções de “Die Aufgabe” para o francês e o inglês deveria nos prevenir, contudo, de conclusões fáceis a esse respeito. Como mostra de Man (1989), as diversas soluções empregadas pelos tradutores do ensaio de Benjamin face aos problemas tradutórios com os quais então se deparam não são indiferentes, implicando, na verdade, toda uma (má) compreensão da teoria benjaminiana da tradução.

Em sendo plausível, portanto, que uma discrepância tradutória como a aqui enfocada possa ensejar questionamentos – de ordens várias e em sentidos diversos –, seria preciso reconhecer, por outro lado, ou antes de mais nada, o horizonte mesmo a possibilitar a colocação “da” questão da discrepância *nos termos em que aqui a formulo*, a possibilitar, em suma, o próprio *ter lugar* “da” questão da discrepância *como questão*. Ora, tal questão, como já se terá percebido, não se coloca ou formula a não ser na abertura da problemática derridiana da distinção entre uma lógica do complemento e uma lógica do suplemento, ou, antes, entre um gesto de complementação e um gesto de suplementação textual no jogo das relações (de produção-e-consumo) discursivas. Essa assim chamada problemática derridiana, por sua vez, não se enuncia e justifica, aqui, por uma mera remissão ao que se denominaria comumente “a obra de Derrida” – ao modo de um corpus anterior/exterior ao questionamento-a-acontecer; antes, ela se vê enunciar como tal por ocasião e em função da formulação de uma questão “sobre Benjamin”, ainda, ou justamente – e seria preciso resistir, aqui, ao ímpeto de amenizar o caráter aparentemente paradoxal desse estado de coisas –, que essa questão “sobre Benjamin” não se conceba, não tenha lugar, como vimos, a não ser na abertura da referida problemática derridiana.

O fato é que não se enuncia tal protocolo de leitura impunemente. Não se o enuncia, é certo, a não ser sob a ameaça constante de ao menos uma grave objeção: aquela segundo a qual não se deveria impor a um determinado autor ou texto questões, ou, mais especificamente, nesse caso, uma questão que, simplesmente, *não é a sua* – supondo-se, evidentemente, que esse autor e esse texto tenham *a(s) sua(s) própria(s) questão(ões)* –, em termos que *não são os seus*, que antes advêm de um *outro* autor, de um *outro* sistema teórico/conceitual sequer existentes na ocasião em que o texto de que se trata veio à luz. Não se o enuncia, em suma, a não ser sob a ameaça de ser interpelado pelo “próprio autor” – no caso, pelo “próprio Benjamin” –, melhor dizendo, pelo *espectro*, pelo *espírito* do “próprio autor” (morto), invocado/invocável por seus comentadores contemporâneos. Digamos, por ora, quanto a isso, que tal

fenômeno de mediunidade hermenêutica, por assim dizer – e, talvez, essa seja uma expressão tautológica, já que a operação hermenêutica parece mesmo implicar, por definição, uma “conversa com os mortos”, portanto uma relação mediúnica com o autor que então se lê hermeneuticamente –, possa ser mais bem compreendida de maneira inversa, isto é, não como um fenômeno pelo qual o fantasma do autor morto venha a falar pela voz de um comentador contemporâneo abnegado – que se quereria, bem entendido, um não-sujeito do discurso –, mas pelo qual uma certa voz contemporânea se faça ouvir (à revelia?) justamente pela boca de um fantasma invocado pelo discurso interpretante.

Ao dizer essas coisas, procuro menos repetir o clássico gesto retórico de antecipar as objeções possíveis a meu próprio discurso – e, por extensão, as contra-objeções plausíveis a tais objeções imaginadas – do que destacar a medida em que isso mesmo a que chamo “meu próprio discurso” se enuncia (tendo aí, portanto, sua condição de possibilidade) *em contraste* ao tipo de discurso “mediúnico” erigido/a-erigir-se *em nome* de Benjamin (mas também, como já se terá percebido, *em nome* de Derrida). Esse *outro* discurso, em sua efetividade ou virtualidade, em tensão ao qual minha própria voz se faz ouvir, nunca terá deixado, portanto, de assombrar *este* discurso a que chamo de “meu” e “próprio” – e que, não obstante, declara-se partindo, “para todos os efeitos”, de uma discrepância tradutória.

A julgar pela leitura que o próprio Derrida faz de “Die Aufgabe” no hoje igualmente clássico “Des tours de Babel” – mais um título, aliás, cuja versão em outras línguas acaba por implicar questões de ordem tradutológica<sup>4</sup>, dir-se-ia que a tradução, em Benjamin, tende a permanecer uma atividade *complementar* à da criação original, no sentido de uma instância segunda que *se acrescenta* a uma instância primeira, *sem deixar de lhe ser subordinada*. Admito que não seja óbvio em que medida “Des tours” possa ser tomado *simplesmente* como uma leitura de “Die Aufgabe” nem mesmo a que tipo de operação se estaria visando quando se diz que, no referido ensaio, Derrida *lê* Benjamin. Na verdade, diria não haver, aqui, questão mais importante do que justamente a de elucidar *o que* Derrida faz, afinal, com Benjamin, ao lê-lo como então o lê em “Des tours” – bem como *o que*, afinal, estou a fazer, por minha vez, com Derrida (na verdade, ambas as indagações são indissociáveis), ao ensaiar essa elucidação. Por ora, contudo, procederei como se, colocada tal questão crucial em

---

<sup>4</sup> Junia Barreto (2002, p.7), a tradutora brasileira do ensaio, atenta para a “[...] intradutibilidade do título, sua multiplicidade de sentidos e de associações possíveis”, a saber: “torres, giros, voltas, circunlocações, viagens, passeios, vias, peças, vezes, tornos, truques, e até mesmo desvios”. Ainda assim, diferentemente de traduções para outras línguas que mantiveram o título em francês, Junia opta por vertê-lo em “Torres de Babel”.

suspensão, se tratasse de, tão-somente, e sem maiores problematizações, mapear, ao modo de uma paráfrase possível, o percurso da leitura de “Die Aufgabe” em “Des tours”.

*Percurso* revela-se, com efeito, uma palavra conveniente nesse caso quando se pensa que a leitura em questão desenvolve-se à maneira de uma narrativa – de uma narrativa, acrescentaria eu, passível de ser enquadrada no gênero policial. Sem querer me alongar sobre isso, lembro, apenas, a definição de Todorov (pautada em Butor), segundo a qual esse tipo de narrativa “[...] não contém uma, mas sim duas histórias: a história do crime e a história da investigação” (TODOROV, 2003, p.66). O que acompanhamos, na verdade, em “Des tours” é, ao invés da narração, por um terceiro, de uma investigação passada, e então já concluída (como sói acontecer no romance policial clássico), a própria performance investigativa de um leitor-detetive debruçado sobre seu “caso”. O inquérito a instaurar-se já se enuncia, como aliás deve ser, logo na abertura da leitura de “Die aufgabe”<sup>5</sup>, feitas breves considerações iniciais no sentido de justificar a leitura *desse* texto de Benjamin, e não, por exemplo, do também famoso ensaio de 1916 “sobre a linguagem geral e sobre a linguagem humana” [“Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen”], Derrida anuncia, então, o que se poderia chamar seu programa *de investigação* (o espectro detetivesco dessa expressão vindo mesmo, aqui, a calhar)<sup>6</sup>:

O título diz também, desde sua primeira palavra, da tarefa (*Aufgabe*), da missão à qual se está (sempre pelo outro) destinado: o engajamento, o dever, a dívida, a responsabilidade. O que já está em jogo é uma lei, de uma injunção à qual o tradutor deve responder. Ele *deve quitar-se* também, e de qualquer coisa que

---

<sup>5</sup> O momento de “Des tours” em que Derrida passa a ler Benjamin é suficientemente claro a ponto de podermos estabelecer uma divisão do texto em vista do que seriam suas duas partes principais: uma primeira, na qual Derrida explora o mito de Babel tal como narrado no Gênesis – e que ocupa as 8 primeiras páginas do ensaio (as 15 primeiras, na tradução brasileira) – e uma segunda, na qual Derrida desenvolve, então, sua leitura de “Die Aufgabe”, sempre apoiado na tradução francesa de Maurice de Gandillac – e que ocupa as 25 páginas restantes (as 47 restantes, na tradução brasileira). O fato de que a primeira parte, apesar de consideravelmente menor que a segunda, contenha aquilo que de mais próximo de uma teoria derridiana da tradução exista em “Des tours” afasta a possibilidade de se tomar o ensaio de Derrida como *simplesmente* uma leitura de “Die Aufgabe” (questão que levantávamos logo acima).

<sup>6</sup> O professor Evando Nascimento, que gentilmente leu e comentou este texto – e a quem agradeço, aqui, por isso –, expressou sua “desconfiança” em relação à “metáfora detetivesca” que utilizo para caracterizar a leitura de Benjamin por Derrida em função de seu possível “aspecto policiaisco”. Aproveito a ocasião para, reconhecendo o risco corrido nesse sentido, mas ao mesmo tempo esforçando-me para dirimi-lo, ressaltar a possibilidade de diferenciar o “detetivesco” do “policialesco” (e de, conseqüentemente, atribuir valores distintos a ambas as perspectivas), por exemplo enfatizando o caráter em larga medida *marginal* do detetive (penso, aqui, sobretudo na tradição literária norte-americana do *private detective* como um *outsider*, operando sempre nas margens e *no limite* do poder policial oficialmente instituído) em contraposição justamente ao caráter *institucional* e *oficial* da força policial, que, resguardada por suas prerrogativas, não raramente reveste-se de arbitrariedade e autoritarismo.

implique talvez uma falha, uma queda, uma falta, até mesmo um crime. Ver-se-á que o ensaio tem por horizonte a “reconciliação”. E tudo isso dentro de um discurso multiplicando os motivos genealógicos e as alusões – mais ou menos metafóricas à transmissão de uma semente familiar. O tradutor é endividado, ele se apresenta como tradutor na situação da dívida; e sua tarefa é de *devolver*, de devolver o que deve ter sido dado. Entre as palavras que correspondem ao título de Benjamin (*Aufgabe*, o dever, a missão, a tarefa, o problema, o que é designado, dado a fazer, dado a devolver), está desde o início *Wiedergabe*, *Sinnwiedergabe*, a restituição, a restituição do sentido. Como entender uma tal restituição, até mesmo uma tal quitação? (DERRIDA, 2002, p.27-28)<sup>7</sup>.

Assim: (a) O horizonte de “Die Aufgabe” é o da *reconciliação*; (b) O tradutor, em “Die Aufgabe”, é um *endividado* [*endetté*]; (c) A *tarefa* do tradutor, em “Die Aufgabe”, sua *Aufgabe*, seu dever, sua missão, o que lhe é dado/designado a fazer, é *devolver*, *restituir*, em suma: *quitar sua dívida*, essa dívida que pareceria implicar *uma falha, uma queda, uma falta*, mesmo *um crime*. Mas como, afinal, entender uma tal restituição, uma tal quitação? – pergunta-se Derrida. Qual a natureza, afinal, dessa dívida [dessa falha, dessa queda, dessa falta, desse crime] de que aí se trata? É o que Derrida procurará desvelar, então, ao longo de sua leitura – aos poucos, passo a passo, como numa investigação que avançasse lentamente em vista de indícios que não se deixam recolher e interpretar com facilidade.

O grande desafio parece mesmo ser que, em havendo um endividamento do tradutor em Benjamin, ele não pode (o que “resolveria” logo de saída o problema) ser reduzido simplesmente ao endividamento clássico do tradutor frente ao autor original – se se postula, é claro, haver algo como um “posicionamento clássico” a esse respeito, o que Derrida não deixa de fazer. Derrida não apenas pressupõe a existência de “um certo conceito [...] de acordo com o qual a tradução é derivada, ou em posição de derivação em relação ao original que é, ele próprio, seminal”, como tende a tomar “Die Aufgabe” como uma espécie de *marco* na história desse conceito, ao afirmar, por exemplo, que o mesmo “prevaleceu até Benjamin talvez” (DERRIDA, 1988, p.152) – toda a ambivalência residindo nesse *até*: a afirmativa incluiria Benjamin na tradição clássica ou faria dele um divisor de águas? A resposta, qualquer que seja ela, não pode elaborar-se sem um certo *esforço*, sem um certo *trabalho* de leitura.

Seguindo a pista “[d]os motivos genealógicos e [d]as alusões – mais ou menos metafóricas – à transmissão de uma semente familiar”, num texto que pareceria

---

<sup>7</sup> Cito a tradução de Junia Barreto sempre “com um olho” no texto francês de Derrida (1987a), mais ou menos como o próprio Derrida faz com Gandillac e Benjamin. As modificações que eu vier a fazer na versão de Junia não serão indicadas como tais (o mesmo valendo para as versões de outros textos de Derrida que eu vier a citar).

mesmo dominado por um “código genealogista e parental”, Derrida (2002, p.31) desemboca no que seria a “relação essencial”, para Benjamin, entre *Übersetzen* e *Überleben*, entre tradução e sobrevivida. Sobrevida, bem entendido, das obras, talvez dos nomes de autores e das assinaturas, *mas não dos autores*; a dívida ligando, assim, *dois textos* (duas “produções” ou “criações”), e não duas pessoas, um doador e um donatário. Algo evidente, segundo Derrida, desde a abertura de “Die Aufgabe”, quando Benjamin enuncia suas três “teses” acerca do que a tradução *não* é: (1) não é *recepção*; (2) não é *comunicação*; (3) não é *representação* ou *reprodução* (nem *uma imagem* nem *uma cópia* do original). “Essas três precauções tomadas (nem recepção, nem comunicação, nem representação), como se constituem a dívida e a genealogia do tradutor?” – perguntar-se-á, então, Derrida (2002:35), prosseguindo o inquérito. E ainda: “Se a dívida do tradutor não o engaja nem com respeito ao autor (morto mesmo se ele está vivo desde o momento que seu texto tem estrutura de sobrevivida) nem no que respeita a um modelo que ele precisaria reproduzir ou representar, com relação a que, com relação a quem ela engaja?” (DERRIDA, 2002, p.39) Ao que, mais à frente, responderá:

Se o tradutor não restitui nem copia um original, é que este sobrevive e se transforma. A tradução será na verdade um momento de seu próprio crescimento, ele aí completar-se-á engrandecendo-se. Ora, é necessário que o crescimento, e é nisso que a lógica “seminal” deve ter-se imposto a Benjamin, não dê lugar a qualquer forma em qualquer direção. O crescimento deve concluir, preencher, completar (*Ergänzung* é aqui a palavra a mais freqüente). E se o original chama um complemento, é que na origem ele não estava lá sem falta, pleno, completo, total, idêntico a si. Desde a origem do original a traduzir, existe queda e exílio. O tradutor deve resgatar (*erlösen*), absolver, resolver, tratando de absolver-se a si mesmo de sua própria dívida, que é, no fundo, a mesma – e sem fundo. (DERRIDA, 2002, p.46-47).

Assim: (a) A dívida, em “Die Aufgabe”, não engaja o tradutor ao autor original, numa relação clássica de subordinação tradutológica, engajando, antes, o *texto* “segundo” da tradução ao *texto* “primeiro” do original; (b) Um tal engajamento adquire, em “Die Aufgabe”, e em conformação ao “código genealogista e parental” dominante no ensaio, a forma de uma *sobrevida*, o original perpetuando-se na/pela tradução; de uma sobrevivida a implicar, na verdade, um *crescimento* desse original na/pela tradução – esta devendo ser tomada, pois, como um *momento do crescimento do próprio original*; (c) Se o original demanda, ele próprio, a tradução, a fim de perpetuar-se engrandecendo-se, é porque a dívida a ser então quitada [a falta, a queda, a falha, o crime] já se encontra instalada “na origem” (não havendo nada, pois, como uma origem plena, completa, total, idêntica a si mesma): “se a tradução é devedora do



original”, dirá, em suma, Derrida (1988, p.153), “é porque já o original é devedor da tradução por vir” – o endividamento sendo, portanto, *duplo*.

A figura do duplo endividamento, nos termos de um contrato, de um “contrato de tradução”, como o chamará Derrida, pareceria implicar, a princípio, algo como um equilíbrio ou uma igualdade de condições entre as partes envolvidas, o que desmantelaria, enfim, a hierarquia tradutológica clássica. Seria preciso avaliar melhor, contudo, os próprios termos de um tal contrato, os termos pelos quais então se estipula aquilo mesmo que a tradução *deve fazer*: concluir, preencher, completar [*accomplir, remplir, compléter*]. “*Ergänzung*” – observa, a propósito, Derrida – “é aqui a palavra a mais freqüente [*le mot le plus fréquent*]”. Mas como traduzir, afinal, este vocábulo: *Ergänzung*, crucial para a definição benjaminiana de tradução? Complemento? Suplemento? O quanto de restituição seria, aí, *ainda*, exigido da tradução? Vejamos:

(1) *De même que la tangente ne touche le cercle que de façon fugitive et en un seul point et que c'est ce contact, non le point, qui lui assigne la loi selon laquelle elle poursuit à l'infini sa marche en ligne droite, ainsi la traduction touche à l'original de façon fugitive et seulement en un point infiniment petit du sens, pour suivre ensuite sa marche la plus propre, selon la loi de fidélité dans la liberté du mouvement langagier.*<sup>8</sup>

(2) *Car, de même que les débris d'une amphore, pour qu'on puisse reconstituer le tout, doivent êtres contigus dans les plus petits détails, mais non identiques les uns aux autres, ainsi, au lieu de se rendre semblable au sens de l'original, la traduction doit bien plutôt, dans un mouvement d'amour et jusque le détail, faire passer dans sa propre langue le mode de visée de l'original: ainsi, de même que les débris deviennent reconnaissables comme fragments d'une même amphore, original et traduction deviennent reconnaissables comme fragments d'un langage plus grand.*<sup>9</sup>

“Acompanhemos esse movimento de amor, o gesto desse amante (*liebend*) que trabalha na tradução”, afirmará Derrida (2002, p.49, grifo nosso), em comentário

---

<sup>8</sup> “Da mesma forma que a tangente toca o círculo apenas de forma fugitiva e em um único ponto e que é esse contato, não o ponto, que lhe designa a lei segundo a qual ela prossegue ao infinito sua marcha em linha reta, assim a tradução toca o original de forma fugitiva e somente em um ponto infinitamente pequeno do sentido, para, em seguida, seguir sua marcha a mais própria, segundo a lei da fidelidade na liberdade do movimento linguageiro.”

<sup>9</sup> “Pois, da mesma forma que os cacos de uma ânfora, para que se possa reconstituir o todo, devam ser contíguos nos menores detalhes, mas não idênticos uns aos outros, assim, no lugar de tornar-se semelhante ao sentido do original, a tradução deve de preferência, em um movimento de amor e quase no detalhe, fazer passar na sua própria língua o modo de intenção do original: assim, da mesma forma que os cacos tornam-se reconhecíveis como fragmentos de uma mesma ânfora, original e tradução tornam-se reconhecíveis como fragmentos de uma linguagem maior.”



a esses dois “giros e suplementos metafóricos” [*tours et suppléments métaphoriques*] do texto de Benjamin, por ele citados em francês.

Ele [o movimento de amor] não reproduz, não restitui, não representa; no essencial ele não devolve o sentido do original, a não ser nesse ponto de contato ou de carícia, o infinitamente pequeno do sentido.

E ainda:

Ele estende o corpo das línguas, ele coloca a língua em expansão simbólica; e simbólica aqui quer dizer que, quão pouco de restituição haja a cumprir, o maior, o novo conjunto mais vasto deve ainda reconstituir alguma coisa. (DERRIDA, 2002, p.49, grifo nosso, itálico do autor).

Por fim: “Se o crescimento da linguagem deve também reconstituir sem representar, se aí está o símbolo, pode a tradução aspirar à verdade? Verdade, será esse ainda o nome do que faz a lei para uma tradução?” Derrida observa, na seqüência, que a palavra “verdade” aparece mais de uma vez em “Die Aufgabe”, e pergunta-se do que se trata, enfim, sob esse nome, no referido ensaio, e se é novo a esse ponto.

Remetendo, a propósito, à problemática do intocável – “O sempre intacto, o intangível, o intocável (*unberührbar*), é o que fascina e orienta o trabalho do tradutor. Ele quer tocar o intocável, o que resta do texto quando dele se extraiu o sentido comunicável (ponto de contato, lembre-se, infinitamente pequeno)” (DERRIDA, 2002, p.51-52) –, Derrida questiona: “Mas então? Em que consiste o intocável?” Intocável é o *caroço* [*le noyau*], no centro do fruto, inalcançável e invisível – ele dirá em vista de uma terceira metáfora (ou “ametáfora” [*ammétaphore*]) forjada por Benjamin em “Die Aufgabe”, a que fala do fruto e do invólucro [*du fruit et de l’enveloppe*], do caroço e da casca [*du noyau et de l’écorce*], à qual se agrega uma quarta, a do manto real [*manteau royal*]. Benjamin, citado em francês por Derrida, afirma, com efeito, que a relação do teor com a linguagem [*le rapport de la teneur au langage*] é completamente diferente no original e na tradução: se, no primeiro, formam uma unidade determinada, como a do fruto e seu invólucro [*une unité déterminée, comme celle du fruit et de l’enveloppe*], na segunda, a linguagem envelopa seu teor como um manto real de largas dobras [*comme un manteau royal aux larges plis*]. Uma tal diferença explicaria “[...] a distinção à qual Benjamin não quererá jamais renunciar nem mesmo consagrar algumas questões” (DERRIDA, 2002, p.52), isto é, aquela segundo a qual apenas o original é traduzível, a tradução, ela mesma, não o sendo.

Reconhece-se um caroço, o original enquanto tal, pelo fato de ele poder deixar-se de novo traduzir e retraduzir. Uma tradução, ela não o pode *enquanto*

*tal.* Só um caroço, porque ele resiste à tradução que ele imanta, pode oferecer-se a uma nova operação tradutora sem se deixar esgotar.” (DERRIDA, 2002, p.52-53).

Atentando para a proveniência natural – “vegetal e natural, naturalista” – da primeira metáfora, em oposição à proveniência não-natural, artificial, da segunda, Derrida crê ver aí reencenada a velha diferença entre o artifício e a natureza. Poder-se-ia opor, assim, a metáfora do manto à metáfora da casca e do caroço como se opõe a técnica à natureza: “Uma vestimenta não é natural, é um tecido e, mesmo, outra metáfora da metáfora, um texto [Derrida evoca, é certo, o que aproxima, em termos etimológicos, *texto* e *tecido*], e esse texto de artifício aparece justamente ao lado do contrato simbólico”. (DERRIDA, 2002, p.55) Apesar de uma tal diferença – notará ainda Derrida (2002, p.56) –, nos dois casos há *unidade* do teor e da língua: unidade natural no primeiro caso, unidade simbólica no segundo. E acrescenta: “Simplesmente, na tradução, a unidade sinaliza em direção a uma unidade (metaforicamente) mais ‘natural’, ela promete uma língua ou uma linguagem mais originais quanto sublimes, sublimes na medida desmedida em que a promessa ela mesma, quer dizer a tradução, permanece aí inadequada (*unangemessen*), violenta e forçada (*gewaltig*) e estrangeira (*fremd*)”<sup>10</sup>. Esse caráter artificial ou posição da tradução inviabilizaria, para Benjamin, toda *Übertragung*, toda transmissão, toda tradução da tradução – a intraduzibilidade da tradução revelando-se, mesmo, o grande axioma de “Die Aufgabe”, a funcionar como sua condição de possibilidade: “Não existe tradução da tradução, eis o axioma sem o qual não existiria ‘A tarefa do tradutor’. Se aí se tocasse, tocar-se-ia, e não se deve fazê-lo, o intocável do intocável, quer dizer, o que garante ao original que ele permaneça de fato original” (DERRIDA, 2002, p.57).

Deixar-se-ia perceber, nisso tudo, uma relação com a verdade. Não, bem entendido, a correspondência pura e simples entre original e tradução, ou entre o original e algum elemento fora dele; a verdade, aí, “[...] seria de preferência a *linguagem pura* na qual o sentido e a letra não se dissociam mais”, explica Derrida (2002, p.57), e acrescenta: “Se um tal lugar, o ter-lugar de tal acontecimento permanecesse não encontrável, não se poderia mais [...] distinguir entre um original e uma tradução”. Benjamin, no entanto, dirá ainda Derrida, mantém a todo preço essa distinção como o dado originário de todo contrato de tradução, e, ao fazê-lo, repete o fundamento do direito: “Fazendo isso, ele exhibe a possibilidade de um

---

<sup>10</sup> Benjamin, na versão francesa citada por Derrida: *Le langage de la traduction [...] est le signifiant d'un langage supérieur à lui-même et reste ainsi, par rapport à sa propre teneur, inadéquat, forcé, étranger* [A linguagem da tradução é o significante de uma linguagem superior a ela mesma e permanece assim, em relação a seu próprio teor, inadequada, forçada, estrangeira].

direito das obras e de um direito de autor, aquela mesma sobre a qual pretende se apoiar o direito positivo”. (DERRIDA, 2002, p.58). A comparação que se segue, e que Derrida desenvolverá “empiricamente” nas páginas subseqüentes de “Des tours” (ao aproximar as “teses” tradutológicas de Benjamin de trechos do discurso jurídico francês sobre a propriedade intelectual e o direito autoral), não se estranharia que viesse a chocar os admiradores mais devotos do autor de “Die Aufgabe”. “O que diz Benjamin dessa relação entre o original e a tradução”, sentenciará, com efeito, Derrida (2002, p.58),

[...] encontramos-lo [...], fielmente reproduzido no seu sentido, no limiar de todos os tratados jurídicos concernentes ao direito positivo das traduções. E isso, quer se trate dos princípios gerais da diferença original/tradução (esta sendo ‘derivada’ daquela) ou se trate das traduções de tradução. A tradução de tradução é dita ‘derivada’ do original e não da primeira tradução.

Vislumbrada, assim, a medida em que, para Derrida, a tradução restaria, em Benjamin, uma atividade ainda derivada e complementar em relação ao original que ela traduz, o que inseriria o autor de “Die Aufgabe” na tradição clássica ao invés de promovê-lo a “divisor de águas”, seria preciso dizer que essa segunda possibilidade de leitura não se encontra simplesmente descartada em Derrida. A concepção conservadora de direito autoral que se diria compartilhada por Benjamin e os tratados jurídicos franceses citados em “Des tours” haveria de desmoronar, lembra-nos Derrida (2002, p.58), “[...] a partir da menor contestação de uma fronteira rigorosa entre o original e a versão, mesmo da identidade a si ou da integridade do original”. Não se equivocaria quem afirmasse que um tal *abalamento* é justamente aquilo a que visa Derrida em seu ensaio “sobre” Benjamin. Se este último, em vista de uma certa leitura, de uma certa investigação cujo percurso busquei há pouco refazer, permanecerá, de fato, um autor essencialmente clássico face ao fenômeno da tradução, entrevê-se, não obstante, em Derrida, um outro percurso possível de leitura, em que avultaria um Benjamin de feições menos ou nada clássicas. Certas possibilidades não conservadoras face à tradução podem ser lidas, por exemplo, num autor como Blanchot, dirá, com efeito, Derrida (1988, p.153), e “[...] mesmo em Benjamin, se se faz um esforço especial”. (E não é, aliás, o que efetivamente faz Derrida, quando, por exemplo, explora as considerações benjaminianas sobre a (in) tradutibilidade do texto sagrado, sobre sua versão intralinear como modelo ou ideal de toda tradução?). O que quer que se afirme, em suma, “acerca” de “Die Aufgabe” ou “sobre” Benjamin, isso não se faz, é certo, sem um determinado *esforço* – o que Derrida, e esse não seria o menor dos seus méritos, não nos deixa tranquilamente esquecer.

Que a leitura de “Die Aufgabe” em “Des tours” viesse a desagradar aos admiradores mais devotos de Benjamin haveria certamente de provocar a questão acerca da plausibilidade e/ou da legitimidade dessa leitura. Que, mais especificamente, viesse a desagradar ao que concordaríamos em chamar um verdadeiro *especialista* em Benjamin haveria de tornar uma tal questão praticamente inevitável. Que um tal questionamento tenha efetivamente se encenado – ainda que na forma de uma nota de pé de página – sob o nome, ou sob a assinatura a qual, ao menos nós (público acadêmico brasileiro), mais imediatamente identificamos ao “discurso-autorizado-sobre-Benjamin”, não haveria de requerer, aqui e agora, a nossa atenção?

A nota em questão surge a certa altura de “Origem, original, tradução”, ensaio que abre *História e narração em Walter Benjamin* [versão em língua portuguesa de *Histoire et narration chez Walter Benjamin* (Paris: Harmattan, 1994)], livro no qual Jeanne Marie Gagnebin propõe-se, segundo suas próprias palavras, “uma retomada” do pensamento do autor alemão (GAGNEBIN, 2004, p.1). Retomar o pensamento de Benjamin: *re*-tomar esse pensamento, tomá-lo de volta, recuperá-lo, resgatá-lo – mas de que, ou de quem? É preciso esquivar-se das “paráfrases entusiasmadas” ou das “modas ditirâmicas” em torno de Benjamin, determinará a autora – “entusiasmos e ditirambos dos quais os países de línguas latinas foram pródigos quando descobriram, um pouco tardiamente, esse autor alemão, judeu, teólogo e marxista aureolado pelo seu trágico e exemplar suicídio” – no sentido de “tentar ouvir as questões e as exigências que essa obra formula” (GAGNEBIN, 2004, p.1), questões e exigências essas, supõe-se, sistematicamente ignoradas (recalcadas? reduzidas? deturpadas?) pelas (más) leituras a que se refere a autora. Para Gagnebin (2004, p.1), um dos grandes buracos negros do pensamento de Benjamin (e que mobilizará a atenção da autora no livro em pauta) é sua teoria da história, e, isso, “[...] apesar de várias interpretações simpáticas, mas redutoras”. Tratar-se-ia, bem entendido, de recuperar, de resgatar toda uma obra, com suas questões-e-exigências próprias, desse fundo de interpretações equivocadas (apesar de bem intencionadas), num movimento de retorno às coisas mesmas, o qual, nesse caso, adquiriria a feição de uma *re*-tomada de Benjamin: Walter Benjamin “ele próprio”<sup>11</sup>. Nesse sentido, a nota a que aqui me refiro afigurar-se-ia exemplar do procedimento de leitura a estruturar o livro como um todo.

Ao ocupar-se de “Die Aufgabe” no referido ensaio de abertura, Gagnebin citará a já mencionada passagem em que Benjamin distingue a relação do teor com a linguagem no original e na tradução nos termos das metáforas do fruto e da casca,

---

<sup>11</sup> Feito esse trabalho de limpeza de terreno, a autora admite a possibilidade de um “pensar além” de Benjamin.

por um lado, e do manto real, por outro – citação que surgirá, então, acompanhada da seguinte nota:

Derrida interpreta esta passagem de maneira psicanalisante, aqui equivocada: Benjamin não valoriza a naturalidade imediata do original como o supõem as oposições – construídas por Derrida ! – entre lei e natureza ou, ainda, entre roupa e nudez. Essa leitura repousa na idéia da lei e da dívida (que o tradutor deveria cumprir), puxando assim a concepção da história em Benjamin do lado do dever e da absolvição (como se a *Aufgabe* fosse uma tarefa infinita). Ora, a palavra *lei* só é usada por Benjamin para descrever a relação entre tradutibilidade do original e forma da tradução. Quanto à palavra *dívida*, ela não aparece nem neste ensaio nem naquele de 1916 [a autora refere-se ao já mencionado “Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen”]. A desconstrução de Derrida parece-me, portanto, *neste texto preciso*, ser falha. Haveria muito mais, neste ensaio, uma preocupação comum a Benjamin e a Derrida, isto é, uma tentativa de pensar a origem como um processo desde já *différé*, como a impossibilidade de um significado primeiro ou último de antes da história ou de antes da tradição [...] (GAGNEBIN, 2004, p.23-24).

Considero ter mostrado acima em que medida a interpretação derridiana do referido trecho de “Die Aufgabe”, bem como as conseqüências que Derrida acaba por tirar daí afiguram-se centrais naquilo que se chamaria a leitura de Benjamin em “Des tours”, ou, mesmo, a *crítica* de Derrida a Benjamin em “Des tours”. Pois bem, uma tal interpretação – e, por extensão, a leitura que Derrida faz de “Die Aufgabe” –, é *equivocada, é falha*, nos diz Gagnebin. E, isso, por um motivo muito simples, apesar de muito grave: o que Derrida aí atribui a Benjamin, as oposições que ele quer, então, associar a Benjamin: lei x natureza, roupa x nudez, na verdade *não são* de Benjamin, e sim *construídas pelo próprio Derrida*. O Benjamin que Derrida aí nos apresenta, *não é* Benjamin *ele mesmo*; tratar-se-ia, em suma, de uma desfiguração, de uma deturpação, ou, até, de uma escandalosa falsificação. Gagnebin parece mesmo ir ao cerne do problema: a leitura de Derrida, ela nos explica, repousa na idéia da lei e da dívida; ora, (a) Benjamin não utiliza a palavra *lei* a não ser para descrever a relação entre tradutibilidade do original e forma da tradução, (b) já a palavra *dívida* sequer aparece em “Die Aufgabe”, nem no referido ensaio de 1916.

Isso posto, e seria justo esperar da autora que nos apresentasse, agora, o verdadeiro Benjamin, devidamente desvencilhado dos equívocos de Derrida. Gagnebin completará, com efeito, seu movimento de leitura, seu gesto de re-tomada de Benjamin das mãos do mau intérprete – ou do intérprete mau: o desfigurador, o deturpador, o falsificador –, buscando restituir ao autor de “Die Aufgabe” o seu próprio rosto, ora desfigurado. Mas qual não é nossa surpresa ao ver então surgir um Benjamin *de semblante derridiano*! Afirmar haver em “Die Aufgabe” uma

*preocupação comum* a Benjamin e a Derrida, uma preocupação, aliás, aí enunciada em termos deliberadamente derridianos: “tentativa de pensar a origem como um processo desde já *diffère*”, equivale a reconhecer, borgeanamente, em Benjamin, ao menos no Benjamin de “Die Aufgabe”, uma espécie de *precursor* do próprio Derrida. (O grande erro de Derrida nesse sentido, sua cegueira imperdoável, a grande falha de sua desconstrução teria sido, justamente, não identificar o caráter já “desconstrutivista” do texto a que ele visa então desconstruir.) Ao procurar, assim, fazer justiça a Benjamin face a Derrida, ao buscar recuperá-lo, resgatá-lo, retomá-lo em sua integridade, Gagnebin acaba por suplementá-lo *à revelia*, evidenciando, contra sua intenção declarada, ser impossível a restituição por ela prevista em seu programa de leitura.

Algo específico, nisso tudo, me chama especialmente a atenção: aquilo que Gagnebin *deve saber*, aquilo *de que ela deve estar de posse* a fim de declarar equivocado ou falho o ato de Derrida em relação a Benjamin em “Des tours”. (1) Primeiramente, e isso parece óbvio, ela sabe (ou deve saber), é claro, o que, afinal, Derrida faz com Benjamin em “Des tours”, e ela tanto o sabe que o diz claramente: Derrida *desconstrói* Benjamin (ainda que equivocadamente). (2) Além disso, o que não pareceria menos óbvio, ela sabe (ou deve saber), por certo, o que é, afinal, a desconstrução, e ela de fato nos remete, como vimos, a “uma tentativa de pensar a origem como um processo desde já *diffère*”, em alusão explícita ao que se costuma chamar “a problemática da *différance*” em Derrida. Observe-se que isso implicaria, para além, ou aquém, da restituição de Benjamin programaticamente prevista pela autora, uma restituição (uma re-tomada) do próprio “pensamento derridiano”.

Lançando mão de um expediente de que se serve Gagnebin na nota aqui em pauta, poderíamos afirmar, a propósito do primeiro dos dois pontos acima levantados, que Derrida não emprega em nenhum momento de “Des tours” a palavra *desconstrução* para definir o que estaria em jogo em sua leitura de Benjamin. Antes, para tanto, utiliza recorrentemente o substantivo *tradução* e o verbo *traduzir*. Assim, por exemplo:

- (a) [Prefiro aqui] tentar traduzir à minha maneira a tradução de um outro texto sobre a tradução. (DERRIDA, 2002, p.26);
- (b) Pelo menos, tal é a minha interpretação – minha tradução, minha “tarefa do tradutor”. (DERRIDA, 2002, p.50);
- (c) Ele [o tradutor] quer tocar o intocável [...]: o que faço aqui, após e graças a Maurice de Gandillac, sabendo que um resto intocável do texto benjaminiano restará, também ele, intacto ao final da operação. Intacto e

virgem apesar do labor da tradução, por mais eficiente e por mais pertinente que ela seja. (DERRIDA, 2002, p.51-52);

(d) Benjamin não conduz as coisas no sentido no qual eu mesmo as traduzo, lendo-o sempre já na tradução. Tomei alguma liberdade com o teor do original, do mesmo modo que com sua língua, e ainda com o original que é, também, para mim, agora, a tradução francesa. Ajuntei um manto ao outro, isso ainda flutua, mas não é essa a destinação de toda tradução? (DERRIDA, 2002, p.56).

Quanto ao segundo ponto levantado, referente à definição da desconstrução, à possibilidade de identificá-la a um “pensamento da *différance*” (ou a alguma outra acepção estável), gostaria de remeter aqui a um texto de Derrida frequentemente lembrado a esse respeito: a “Lettre à un ami japonais”. O amigo evocado no título em questão é Toshihiko Izutsu, célebre islamólogo japonês, então às voltas com a tradução da palavra *déconstruction* para sua própria língua. A carta de Derrida deveria, a princípio, ou por princípio, dirimir as dúvidas do tradutor japonês no sentido de auxiliá-lo na *tarefa* em que ora se encontrava enredado – tudo se passando, portanto, em conformação à perspectiva clássica segundo a qual o próprio autor, plenamente imbuído de sua própria língua, a língua original, é o grande repositório do sentido verdadeiro do discurso a traduzir, de seu querer-dizer mais genuíno, a fonte ou a origem, portanto, à qual deve remontar, sempre que possível, o tradutor.

“Não se deveria começar por acreditar, o que seria ingênuo”, dirá, contudo, e logo de partida, Derrida (2005, p.21), “[...] que a palavra ‘*déconstruction*’ é adequada, em francês a alguma significação clara e unívoca. Já existe, em ‘minha’ língua, um problema sombrio de tradução entre o que se pode ter em vista, aqui ou ali, sob essa palavra, e o próprio uso, o recurso dessa palavra”<sup>12</sup>. Derrida remete, aí, aos termos em que o vocábulo *déconstruction* foi por ele reintroduzido, reinaugurado, por assim dizer, na língua francesa. Tratava-se de “traduzir e adaptar a meus propósitos” – quando da redação de *De la grammatologie*, na década de 1960 – “as palavras heideggerianas *Destruction* ou *Abbau*” (DERRIDA, 2005, p.388). Tendo descartado o vocábulo *destruction* [destruição] por implicar “[...] uma aniquilação, uma redução negativa, talvez mais próxima da ‘demolição’ nietzscheana do que da interpretação heideggeriana ou do tipo de leitura que eu propunha”, ocorreu a Derrida (2005, p.22) checar se a palavra *déconstruction* (a ele vinda “de maneira aparentemente muito espontânea”) “era mesmo francês” [*était bien français*]. Consultando o *Litttré*, Derrida encontrou uma série de significações identificadas ao vocábulo em questão (nas

---

<sup>12</sup> Cito a tradução brasileira de Érica Lima, sem perder de vista, como já o havia indicado em relação a “Des tours”, o texto francês de Derrida (1987b).



quais a dimensão gramatical, a lingüística ou a retórica encontravam-se associadas a uma dimensão “maquínica” [“*machinique*”]), as quais lhe interessaram pela afinidade com seu “querer-dizer” na ocasião, mas que “concerniam apenas, metaforicamente, se quisermos, aos modelos ou às regiões de sentido e não à totalidade do que a desconstrução pode pretender em sua ambição mais radical” (DERRIDA, 2005, p.23). Além do mais, tratava-se de uma palavra praticamente desconhecida na França da época, precisando ser reconstruída, e tendo seu valor de uso “[...] determinado pelo discurso então tentado em torno e a partir de *De la grammatologie*” (DERRIDA, 2005, p.23). Donde a equivocidade, mesmo em francês, da palavra *déconstruction*, para a qual chama a atenção Derrida. As coisas tornam-se ainda mais complexas quando se leva em conta que “nos meios alemão, inglês e sobretudo americano, a *mesma* palavra já está ligada a conotações, inflexões, valores afetivos ou patéticos muito diferentes” (DERRIDA, 2005, p.21-22).

Falando daquilo que, ainda em francês, recuperaria apenas parcialmente a potencialidade de sentidos de *déconstruction*, ao visar-se a um modelo seja lingüístico-gramatical, seja semântico, seja mecanicista, Derrida (2005, p.23) ressaltará encontrarem-se tais modelos “na origem de numerosos mal-entendidos sobre o conceito e a palavra desconstrução”, e lembrará, mais à frente, ser verdade “que, em certos meios (universitários ou culturais, penso em particular nos Estados Unidos), a ‘metáfora’ tecnicista e metodológica, que parece necessariamente ligada à própria palavra ‘*déconstruction*’, pôde seduzir ou desencaminhar” (DERRIDA, 2005, p.25). Seja como for, esse gesto de delimitação do que seria ou não adequado ao definir-se a desconstrução não se dá, não poderia nunca se dar, em Derrida, de uma maneira simples ou simplista, isto é, à maneira (simples) de uma restituição (pura e simples). Ele se permitirá, com efeito, dizer, por exemplo, que a desconstrução não é um método nem pode ser transformada em um; que ela não é, além do mais, nem uma análise nem uma crítica, nem um ato nem uma operação – o que deveria prevenir, é certo, contra a facilidade de fórmulas do tipo “a desconstrução é isto” [é um método de leitura, ou: é uma teoria crítica, ou: é um sistema de pensamento, ou é...] –, mas, isso, para afirmar, logo à frente, que a grande dificuldade de se definir/traduzir *déconstruction* reside no fato de que “[...] todos os conceitos definidores, todas as significações lexicais e mesmo as articulações sintáticas que parecem um momento se prestar a essa definição e a essa tradução são também desconstruídas ou desconstrutíveis”, de modo que toda frase do tipo “a desconstrução é X”, mas também do tipo “[...] a desconstrução não é X”, “carece, *a priori*, de pertinência, digamos que ela é, pelo menos, falsa” (DERRIDA, 2005, p.26).

Refratária (como, aliás, em última instância, toda e qualquer palavra) ao modo clássico – dir-se-ia “ontológico” – de definição, a palavra *déconstruction*

extraí seu valor, explica Derrida (2005, p.26), “[...] senão de sua inscrição em uma cadeia de substituições possíveis, naquilo que se chama, tão tranqüilamente, de um ‘contexto’”. E, isso, em dois níveis para os quais Derrida chamará a atenção. Num primeiro nível, tal palavra “substitui ou se deixa determinar por tantas outras palavras, por exemplo: ‘écriture’, ‘trace’, ‘différance’, ‘supplément’, ‘hymen’, ‘pharmakon’, ‘marge’, ‘entame’, ‘parergon’ etc.” (DERRIDA, 2005, p.27) Esse o que se poderia chamar o nível “temático”, ou, melhor dito, o nível *do enunciado* do discurso derridiano. Mas haveria, ainda, um segundo nível, identificável como o da própria *enunciação* desse discurso. Se *déconstruction* é, de fato, “como acabo de dizer”, observará, com efeito, Derrida (2005, p.27), “[...] uma palavra essencialmente substituível numa cadeia de substituições”, isso se dá, ou, “isso se pode também fazer”, acrescentará, “de uma língua para outra”. Ora, não se esqueça, a esse propósito, que a mencionada reabilitação, por Derrida, do vocábulo *déconstruction* como palavra viva, como moeda corrente na língua francesa contemporânea, se deu, justamente, *como tradução*, como uma tradução possível para o francês da *Destruction* ou *Abbau* heideggeriana. A indicação de um tal estado de coisas por Derrida explicita uma certa *demanda* de tradução na qual se veria enredado e à qual deveria responder, por sua vez, o próprio tradutor japonês (ou quem quer que se coloque a traduzir Derrida):

Não acho que a tradução seja um acontecimento secundário e derivado em relação a uma língua ou a um texto de origem. [...] A possibilidade para (a) “*déconstruction*” seria que uma outra palavra (a mesma e uma outra) *se encontrasse* ou *se inventasse* em japonês para dizer a mesma coisa (a mesma e uma outra), para falar da desconstrução e para *conduzi-la para um outro lugar*, escrevê-la e *transcrevê-la*. Em uma palavra que seria também mais bela. (DERRIDA, 2005, p.27).

O tradutor recorre a Derrida, o “próprio autor”, a pretensa fonte-e-repositório do sentido pleno, do querer-dizer dos textos assinados *Jacques Derrida*, e o que ele então lhe diz? Que há um trabalho a ser feito, uma tarefa a ser cumprida pelo tradutor, e por ele apenas, uma tarefa, bem entendido, a um só tempo incontornável e intransferível. Face à pergunta *o que é, afinal, a déconstruction?*, Derrida devolve a indagação ao próprio tradutor: *o que quererá dizer, em japonês, desconstrução?* O tradutor recorre ao autor e este lhe diz, em suma, que é preciso proceder como se ele, o autor, *estivesse morto* – e, então, finalmente, efetivamente, *traduzir*.

Definir desconstrução é, pois, necessariamente, traduzir *déconstruction*, o que eu gostaria de fazer, aqui e agora, evocando a própria palavra *tradução*. “A questão da desconstrução é também de um lado a outro a questão da tradução”, afirmará, aliás, Derrida (2005, p.21) – e ainda: “[...] a impossível ‘tarefa do tradutor’ (Benjamin) –

eis o que quer dizer também ‘desconstrução’ (DERRIDA, 2005, p.26). Em “Des tours”, Derrida se põe, como vimos, a *traduzir* Benjamin; e por mais que, na ocasião, não tenha empregado a palavra *déconstruction*, poder-se-ia afirmar, em vista do que é dito na “Lettre”, tratar-se, *em alguma medida*, de uma desconstrução: *na medida mesma em que desconstrução “quer dizer” tradução*. Nesses termos, poderíamos, onde quer que haja escrito “tradução” e “traduzir” em “Des tours”, ler “desconstrução” e “desconstruir”, isso não de modo substitutivo, mas suplementar: trad(desconstr)ução<sup>13</sup>.

Mas o que caracterizaria, afinal, o aporte propriamente “desconstrutivo”, por assim dizer, nessa tradução, nessa trad(desconstr)ução de Benjamin em “Des tours”? Ele se manifestaria menos na postura “crítica” de Derrida em relação a Benjamin – a natureza e o alcance que se devem ou não atribuir, então, à palavra *crítica*, permanecendo, aqui, em questão – do que no modo como essa “crítica” (se se opta, apesar de tudo, por manter a palavra) se vê discursivamente articulada em termos de uma tradução *que pensa a si mesma, o tempo todo, como uma tradução* (que não seria, enquanto tal, nem menor nem secundária em relação ao original).

Diferentemente do gesto pretensamente restituidor que, ao buscar “fazer justiça” a Benjamin, resgatá-lo, retomá-lo em sua integridade, acaba, como vimos, por suplementá-lo à revelia, a leitura empreendida por Derrida, ao invés, submete explicitamente o texto benjaminiano a um trabalho deliberado de suplementação. Um tal trabalho, identificado à tarefa ao mesmo tempo necessária e impossível do tradutor, ganha forma no movimento ambíguo pelo qual o leitor-Derrida progressivamente desvela, à maneira de um detetive ou de um investigador, certas hipóteses, concepções ou teses de “Die Aufgabe”, as quais permanecem, contudo, enquanto tais, *indissociáveis do próprio gesto que ora as traz à luz*. É justamente aí, nesse ponto de ambigüidade ou, se se quiser, de indecidibilidade, que se verá então desfeita a clássica hierarquia a submeter a tradução ao original. Ao assumir-se como tradutor de Benjamin, Derrida (2002, p.40) afirma não querer reduzir seu papel simplesmente ao de um “(re)passador” ou de um “passante” [*réduire mon rôle à celui d’un passeur ou d’un passant*], isso porque “nada é mais grave do que uma tradução”. Em suma: “Eu gostaria preferencialmente de marcar que todo tradutor está em posição de falar *da* tradução num lugar que é tudo menos segundo ou secundário” [*à une place qui n’est rien moins que seconde ou secondaire*].

Isso, Derrida o diz *enquanto traduz*, não se trata, pois, de uma declaração de tipo constativo (ou normativo) acerca do lugar que a tradução tem (ou deveria ter) frente ao original, como as que se proferem, normalmente, nesse sentido,

---

<sup>13</sup> Da mesma maneira que se poderia, ao invés, onde quer que haja escrito “desconstrução” na “Lettre” (por extensão, na obra de Derrida), ler “tradução”, assim: desconstr(trad)ução.

quando *se teoriza* sobre a tradução<sup>14</sup>. A isso, pois, que emerge no discurso derridiano ao modo de uma certa *consciência* da tradução, eu chamaria, talvez, uma consciência “traduzante” – retomando o termo empregado por Junia Barreto para substituir o vocábulo francês *traduisante* em sua versão de “Des tours” –, pelo modo a um só tempo estranho e familiar (*unheimlich*) como esse termo sugere, em português, alguma coisa em movimento, uma atividade a acontecer (o que já não é o caso, parece-me, de “traduzinte”, uma outra alternativa possível para *traduisante*). Por consciência traduzante eu sugeriria, bem entendido, não alguma instância de tipo psicológico e/ou metafísico que se encontrasse instituída *a priori*, isto é, anteriormente a qualquer evento enunciativo efetivo, mas uma *consciência-em-ato*, algo, enfim, como uma consciência da tradução engendrada no e pelo próprio movimento tradutório, já que, nessa perspectiva, não haveria nada como um “fora” da tradução. “*Il n’y a pas de hors-traduction*”, poder-se-ia mesmo dizer – *a tradução tendo começado desde sempre*.

Tal consciência traduzante eu gostaria de identificá-la, aqui, àquilo mesmo que de propriamente “desconstrutivo” haveria na tradução de Benjamin por Derrida em “Des tours”. Ao fazê-lo, eu não faço mais do que traduzir, à minha maneira, Derrida. Não faço mais do que verter, aqui e agora, e em português – e não em alemão, ou em francês, ou em inglês... – a *déconstruction* derridiana, assumindo, com isso, um determinado lugar numa cadeia semiótica que não começou comigo, nem comigo terminará.

Se me fosse então permitido escolher alguma *imagem* a fim de traduzir esse meu movimento deliberado de tradução, eu provavelmente escolheria a imagem de uma certa *superação* ou *auto-superação* evocada, há tempo, por Derrida, na própria conferência em função ou em nome da qual, sobretudo, seu trabalho se verá permanentemente associado ao chamado “pensamento da *différance*”. A introdução num tal pensamento, dizia Derrida na ocasião, há de se dar tão-somente “pelo tema da estratégia ou do estratagema” [“*par le thème de la stratégie ou du stratagème*”]. “Por essa justificação somente estratégica”, sentenciava, em suma, “pretendo sublinhar que a eficácia dessa temática da *différance* pode muito bem, deverá um dia ser superada [*devra être un jour relevée*], prestar-se por si mesma, se não a sua substituição, pelo menos ao seu encadeamento numa cadeia que ela não terá, na verdade, jamais governado” (DERRIDA, 1991, p.38).

Sonho, agora, ter acabado de delinear, aqui, a superação com que então sonhava Derrida.

---

<sup>14</sup> Derrida (2002, p.26) começará, mesmo, sua leitura de Benjamin, dizendo: “Mas nenhuma teorização, desde o momento em que ela se produz numa língua, poderá dominar a performance babélica. É uma das razões pelas quais eu prefiro aqui, em lugar de tratá-la [à tradução] segundo o modo teórico, tentar traduzir à minha maneira a tradução de um outro texto sobre a tradução”.

SOUZA, N. A. de. Of a Certain “Traduisante Conscience”: Translation/Deconstruction – Between Benjamin and Derrida. **Revista de Letras**, São Paulo, v.49, n.2, p.243-263, July/Dec. 2009.

- **ABSTRACT:** *This text departs from a translation discrepancy between the two Brazilian versions of Walter Benjamin’s “Die Aufgabe des Übersetzers” and explores Derrida’s translation/reading of this essay in “Des tours de Babel”, and leads into a reflection and a questioning of the supposed status of deconstruction itself.*
- **KEYWORDS:** *Translation. Complement/Supplement. Deconstruction. “Consciência Traduzante”.*

## Referências

BARRETO, J. Nota da tradutora. In: DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p.7-9.

BENJAMIN, W. Die Aufgabe des Übersetzers. In: HEIDERMAN, W. (Org.). **Clássicos da teoria da tradução: Alemão-Português**. Florianópolis: UFSC, 2001. v.1, p.188-215. (Antologia bilingüe).

\_\_\_\_\_. A tarefa do tradutor. Tradução de Karlheinz Barck et al. **Cadernos do Mestrado-UERJ**, Rio de Janeiro, n.1, p.i-xxii, 1992.

DE MAN, P. Conclusões: “A tarefa do tradutor” de Walter Benjamin. In: \_\_\_\_\_. **A resistência à teoria**. Tradução de Teresa L. Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989. p.101-135.

DERRIDA, J. Carta a um amigo japonês. Tradução de Érica Lima. In: OTTONI, P. **Tradução: a prática da diferença**. 2.ed. rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2005. p.21-27.

\_\_\_\_\_. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. A diferença. In: \_\_\_\_\_. **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim T. Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991. p.33-63.

\_\_\_\_\_. Reply [Roundtable on Translation]. In: \_\_\_\_\_. **The Ear of the Other: Otobiography, Transference, Translation**. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1988. p.93-161.

\_\_\_\_\_. Des Tours de Babel. In: \_\_\_\_\_. **Psyché: Invention de L’Autre**. Paris: Galilée, 1987a. p.203-235.

\_\_\_\_\_. Lettre à Un Ami Japonais. In: \_\_\_\_\_. **Psyché: Invention de L'Autre**. Paris: Galilée, 1987b. p.387-393.

\_\_\_\_\_. La Différance. In: \_\_\_\_\_. **Marges de la Philosophie**. Paris: Minuit, 1972. p.1-29.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TODOROV, T. Tipologia do romance policial. In: \_\_\_\_\_. **Poética da prosa**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.63-77.

